

Diário do Legislativo de 11/10/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 88ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATAS

ATA DA 88ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/10/2008

Presidência dos Deputados Doutor Viana e Eros Biondini

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios e cartão - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.816 a 2.820/2008 - Requerimentos nºs 2.935 a 2.938/2008 - Requerimentos das Comissões de Transporte, de Defesa do Consumidor e de Direitos Humanos, da Comissão Especial dos Aeroportos e do Deputado Wander Borges - Comunicações: Comunicações das Comissões de Turismo, de Educação, de Cultura e do Trabalho e do Deputado Tiago Ulisses - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Getúlio Neiva, Carlos Mosconi, Carlin Moura, Doutor Viana e Padre João - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Votação de Requerimentos: Requerimentos das Comissões de Transporte, de Defesa do Consumidor e de Direitos Humanos, do Deputado Wander Borges e da Comissão Especial dos Aeroportos; aprovação - Requerimento do Deputado Adalclever Lopes; deferimento; discurso do Deputado Getúlio Neiva - Requerimento do Deputado Domingos Sávio; deferimento; discurso do Deputado Domingos Sávio - Requerimento do Deputado Paulo Guedes; deferimento; discurso do Deputado Paulo Guedes - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Getúlio Neiva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Vanderlei Miranda, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Luiz Antonio Souza da Eira, Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional, comunicando a liberação de recursos financeiros para o Estado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Cel. PM Rúbio Paulino Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça Militar, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.591/2008, em atenção a pedido da Comissão de Fiscalização Financeira. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.591/2008.)

Da Sra. Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Educação, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.353/2008, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.353/2008.)

Do Sr. Adam dos Santos, Delegado-Geral de Polícia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 523/2007, em atenção a pedido de informação da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, prestando informações relativas às Rodovias MG-238 e MG-423. (- À Comissão de Transporte.)

Do Sr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 2.805/2008, da Comissão de Direitos Humanos, e 1.757/2008, em atenção a pedido de informações da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Márcio Kangussu, Diretor de Operação Norte da Copasa, solicitando esclarecimentos relativos ao Requerimento nº 129/2007, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Marcos David Salem, Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.806/2008, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.741/2008, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Pedro Meneguetti, Subsecretário da Receita Estadual, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.719/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Letícia Cristina Sant'Anna da Silva, Diretora Substituta do Departamento de Gestão Integrada da Política, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, encaminhando cópia do Termo de Convênio nº 414/2007, firmado entre o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o governo do Estado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Lenilda de Lourdes Batista Cunha e outras, encaminhando reivindicações da classe dos Assistentes Técnicos da Educação Básica. (- À Comissão de Educação.)

CARTÃO

Da Sra. Irene de Melo Pinheiro, Presidente da Fundação Helena Antipoff, encaminhando exemplar da publicação "Planejamento Estratégico 2008-2011". (- À Comissão de Educação.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

Projeto de Lei nº 2.816/2008

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Descansador - ACD - , com sede no Município de São Francisco.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Descansador - ACD - , com sede no Município de São Francisco.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de outubro de 2008.

Ana Maria Resende

Justificação: A Associação Comunitária de Descansador - ACD - é uma entidade sem fins lucrativos, com sede no Município de São Francisco.

Seus objetivos maiores são a proteção da saúde da família, das crianças e dos idosos, através de campanhas de prevenção a doenças transmissíveis e/ou infectocontagiosas e de estímulo ao aleitamento materno, em integração com os órgãos competentes; a orientação quanto aos direitos relativos à previdência e à assistência social, entre outros o combate à fome e à pobreza através do incentivo à criação de hortas e roças comunitárias ou grupos de pequenos produtores, da distribuição de alimentos e do auxílio na busca de emprego e na geração de renda; a inserção de pessoas no mercado de trabalho através de cursos profissionalizantes, levando em conta a cultura local e regional; a reabilitação de portadores de deficiência, a divulgação da cultura e do esporte e a proteção do meio ambiente.

Sendo de inestimável valor os serviços prestados pela Associação e cumprindo esta os requisitos legais para que seja declarada de utilidade pública, conto com o apoio de nossos ilustres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.817/2008

Declara de utilidade pública a Banda de Música Lira Santa Cecília, com sede no Município de Pará de Minas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Banda de Música Lira Santa Cecília, com sede no Município de Pará de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de outubro de 2008.

Inácio Franco

Justificação: O projeto de lei ora em análise tem por objetivo declarar de utilidade pública a Banda de Música Lira Santa Cecília, entidade civil sem fins lucrativos, sediada no Município de Pará de Minas. A referida entidade tem por finalidade a promoção da cultura e da arte musical, ensinando e incentivando a sua propagação, promovendo ensaios e apresentações.

Por ser justo, conto mais uma vez com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.818/2008

Declara de utilidade pública o Lar de Nazaré - Instituição de Longa Permanência para Idosos, com sede no Município de São Gonçalo do Pará.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Lar de Nazaré - Instituição de Longa Permanência para Idosos, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de outubro de 2008.

Domingos Sávio

Justificação: O Lar de Nazaré - Instituição de Longa Permanência para Idosos, com sede no Município de São Gonçalo do Pará, é uma entidade civil sem fins lucrativos. Tem entre suas finalidades promover, apoiar, coordenar, orientar e acolher para longa permanência pessoas de mais de 60 anos, sem condições de sobrevivência, que não sejam portadoras de doença infectocontagiosa nem de transtorno mental.

Ademais, está em pleno funcionamento há mais de um ano, e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções. Visto que a entidade desenvolve um trabalho social, é justa a declaração de sua utilidade pública.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação dessa proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.819/2008

Declara de utilidade pública a Loja Maçônica Tiradentes nº 1.204, com sede no Município de Campo Belo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Loja Maçônica Tiradentes nº 1.204, com sede no Município de Campo Belo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de outubro de 2008.

Domingos Sávio

Justificação: A Loja Maçônica Tiradentes nº 1.204, com sede no Município de Campo Belo, é uma entidade civil sem fins lucrativos. Tem entre suas finalidades ser uma instituição altruística, iniciática, filosófica, progressista, filantrópica e evolucionista; praticar a beneficência do modo mais amplo possível e, especialmente, a assistência social aos menos favorecidos; o incentivo à instrução e à cultura em todos os seus níveis; promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais e pugnar pelo aprimoramento moral, social e intelectual da humanidade, pelo cumprimento do dever e pela investigação constante da verdade, além de proclamar os princípios gerais da maçonaria, expressos na Constituição do GOB.

Ademais, está em pleno funcionamento há mais de um ano, e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções. Visto que a entidade desenvolve um trabalho social, é justa a declaração de sua utilidade pública.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI nº 2.820/2008

Declara de utilidade pública o Sindicato dos Taxistas, Escolares e Transportadores Autônomos de Barbacena, com sede no Município de Barbacena.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Taxistas, Escolares e Transportadores Autônomos de Barbacena, com sede no Município de Barbacena.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de outubro de 2008.

Lafayette de Andrada

Justificação: O Sindicato dos Taxistas, Escolares e Transportadores Autônomos de Barbacena é uma entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo principal representar e defender os interesses de seus associados perante os poderes públicos e entidades privadas. A referida entidade está devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Barbacena e sua diretoria não é remunerada pelo exercício de suas funções.

Solicito, portanto, dos nobres pares a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.935/2008, do Deputado Ronaldo Magalhães, em que solicita seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. José Jesus de Souza, ex-Presidente da Câmara Municipal de Itabira. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 2.936/2008, do Deputado Wander Borges, em que pleiteia sejam solicitadas à Secretaria de Transportes e Obras Públicas informações sobre o serviço de transporte remunerado de passageiros por meio de veículos ciclomotores e similares, no Estado. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 2.937/2008, da Comissão de Transporte, em que pleiteia sejam solicitadas ao DER-MG e à Secretaria de Transportes e Obras Públicas providências para a retomada das obras de asfaltamento dos trechos entre Coroaci e o entroncamento da BR-259 e entre Coroaci e Virgolândia.

Nº 2.938/2008, da Comissão de Transporte, em que pleiteia sejam solicitadas à Superintendência Regional do DNIT providências para implantação de sinalização e quebra-molas nos Km 4 e 5 da BR-261.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos das Comissões de Transporte, de Defesa do Consumidor e de Direitos Humanos, da Comissão Especial dos Aeroportos e do Deputado Wander Borges.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Turismo, de Educação, de Cultura e do Trabalho e do Deputado Tiago Ulisses.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Getúlio Neiva, Carlos Mosconi e Carlin Moura proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Eros Biondini) - Com a palavra, o Deputado Doutor Viana.

- Os Deputados Doutor Viana e Padre João proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 2.937 e 2.938/2008, da Comissão de Transporte. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Turismo - aprovação, na 27ª Reunião Ordinária, em 8/10/2008, dos Projetos de Lei nºs 2.627/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 2.709/2008, do Deputado Bráulio Braz, e do Requerimento nº 2.909/2008, do Deputado Doutor Viana; de Educação - aprovação, na 26ª Reunião Ordinária, em 8/10/2008, dos Projetos de Lei nºs 2.655/2008, do Deputado Irani Barbosa, 2.671, 2.673 e 2.674/2008, do Governador do Estado, e 2.676/2008, do Deputado Antônio Júlio, e dos Requerimentos nºs 2.862/2008, da Deputada Gláucia Brandão, 2.865/2008, do Deputado Ronaldo Magalhães, 2.877/2008, da Comissão de Direitos Humanos, 2.883/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.897/2008, da Deputada Gláucia Brandão, e 2.901/2008, do Deputado Carlin Moura; de Cultura - aprovação, na 23ª Reunião Ordinária, em 8/10/2008, do Projeto de Lei nº 2.713/2008, do Deputado Roberto Carvalho, com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça; e do Trabalho - aprovação, na 16ª Reunião Ordinária, em 8/10/2008, dos Projetos de Lei nºs 244/2007, do Deputado Carlos Pimenta, 1.400/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho, 1.421/2007, do Deputado Neider Moreira, 2.406 e 2.624/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes, 2.661/2008, do Deputado Doutor Viana, 2.665/2008, do Deputado Célio Moreira, 2.666/2008, do Deputado Delvito Alves, e 2.708/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes (Ciente. Publique-se.).

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão de Transporte, solicitando à Presidência da Ocean Air Linhas Aéreas Ltda. providências para a não-suspensão do voo que compreende a rota São Paulo/Uberaba/Belo Horizonte/Montes Claros. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Defesa do Consumidor, solicitando seja encaminhado à empresa Nokia pedido de informações sobre o descredenciamento das assistências técnicas autorizadas no Estado e sobre a duração dessa medida. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhado à entidade Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura pedido de providências com relação à denúncia de possível ilegalidade e prática criminosa nas dependências do Presídio Antônio Dutra Ladeira, em Ribeirão das Neves. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento do Deputado Wander Borges, solicitando seja encaminhado ao Município de Sabará pedido de informações acerca do serviço de transporte remunerado de passageiros realizado por meio de veículos ciclomotores ou similares nesse Município, bem como a situação e a quantificação dos motociclistas que se dedicam à atividade. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão Especial dos Aeroportos, solicitando a prorrogação do seu prazo de funcionamento por mais 30 dias. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Adalclever Lopes, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Getúlio Neiva. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 30 minutos. Com a palavra, o Deputado Getúlio Neiva.

- O Deputado Getúlio Neiva profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Domingos Sávio, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 20 minutos. Com a palavra, o Deputado Domingos Sávio.

- O Deputado Domingos Sávio profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Paulo Guedes solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 20 minutos. Com a palavra, o Deputado Paulo Guedes.

- O Deputado Paulo Guedes profere discurso, que será publicado em outra edição.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 2/9/2008

Às 9h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Jangrossi, Padre João e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Padre João, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a promover o lançamento do Plano Safra 2008. A seguir, interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Rogério Correia, Delegado Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA - em Minas Gerais, representando o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; Gustavo Malafaia do Carmo, Chefe Substituto de Divisão de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento do Incra em Minas Gerais; Victor Soares Lopes, Diretor de Agronegócio; e Paula Braga Batista, representando a Secretaria de Agricultura; Renata Aparecida de Souza, coordenadora de Política de Segurança Alimentar da Secretaria de Governo; Vilson Luiz da Silva, Presidente da Fetaemg; Carlos Geovane Rodrigues Queiroz, gerente do Mercado de Agronegócio do Banco do Brasil; Márcio Carvalho, assessor técnico da Faemg; e Jorge da Costa Vicente, Secretário Executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável - CEDRS -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao Sr. Rogério Correia, Delegado Federal do MDA em Minas Gerais, para que faça a exposição do Plano Safra 2008. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Carlos Arantes, Padre João e Vanderlei Jangrossi (3), em que solicitam seja enviado ofício ao Ministro de Desenvolvimento Agrário para que envie esforços visando incluir o café entre os produtos geradores de renda admissíveis para obtenção de financiamento pelo Pronaf Mais Alimentos; seja realizada audiência pública para discutir o registro dos processos tradicionais de produção do queijo artesanal nas diversas regiões produtoras do Estado, conforme disposto no Projeto de Lei nº 2.428/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; seja realizada audiência pública com o objetivo de discutir as condições de segurança no trabalho nas atividades de produção agrícola, em especial durante o transporte de trabalhadores rurais; Padre João e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja realizada audiência pública para discutir a paralisação do programa Luz para Todos, do governo federal, no Estado, que ainda conta com cerca de 115.000 famílias não atendidas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2008.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Padre João - Antônio Carlos Arantes - Getúlio Neiva.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/9/2008

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlin Moura, Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este à Deputada Ana Maria Resende, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlin Moura, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.646 e 2.672/2008 (Deputada Maria Lúcia Mendonça); 2.671 e 2.673/2008 (Deputada Ana Maria Resende); 2.674/2008 (Deputado Vanderlei Jangrossi); 2.655 e 2.676/2008 (Deputado Carlin Moura) em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e a votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.434/2008, que recebeu parecer por sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, e 2.560/2008 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi); 2.495 e 2.634/2008 (relator: Deputado Carlin Moura); 2.593/2008 (relatora: Deputada Ana Maria Resende), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.847 e 2.848/2008. Registra-se a presença do Deputado Vanderlei Jangrossi. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião desta Comissão para discutir, em audiência pública, os critérios utilizados para elaboração do Índice Geral de Cursos - IGC -, novo indicador lançado pelo MEC. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2008.

Ana Maria Resende, Presidente - Carlin Moura - Gustavo Valadares.

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/9/2008

Às 16h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Chico Uejo, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento do ofício do Sr. José Militão, publicado no "Diário do Legislativo" de 12/9/2008. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 2.585/2008 no 1º turno (Deputado Chico Uejo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.875 e 2.887/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2008.

Elmiro Nascimento, Presidente - Ivair Nogueira - Inácio Franco - Chico Uejo - André Quintão.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/9/2008

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta e Doutor Rinaldo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos

membros da Comissão presentes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.349/2007 (relator: Deputado Doutor Rinaldo) na forma do Substitutivo nº 2, apresentado pela Comissão de Saúde, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça. A Presidência defere o pedido de prazo regimental do parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.366/2008 no 1º turno (relator: Deputado Carlos Pimenta, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.643/2008 (relator: Deputado Doutor Rinaldo), e 2.656/2008 (relator: Deputado Carlos Pimenta). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.860 e 2.886/2008. Submetido a discussão e a votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.582/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Mosconi (2), em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a determinação que vem sendo dada por autoridade policial a médicos plantonistas de unidades de urgência e emergência da rede pública estadual de saúde para que atuem como peritos e elaborem auto de corpo de delito em pacientes atendidos durante seus plantões; seja realizada reunião para ouvir a exposição da Deputada Federal Cubana, Diana Martinez Piti, do Parlamento Latinoamericano, sobre a política de saúde implementada em Cuba. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Ruy Muniz - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo.

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 23/9/2008

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Hely Tarquínio, Sebastião Costa e Carlos Pimenta (substituindo este ao Deputado Sargento Rodrigues, por indicação da Liderança do PDT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.762/2008 (Deputado Gilberto Abramo); 2.761/2008 (Deputado Sebastião Costa); 2.760/2008 (Deputado Delvito Alves); 2.753, 2.754 e 2.756/2008 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.755 e 2.757/2008 (Deputado Hely Tarquínio); 2.759 e 2.763/2008 (Deputado Sargento Rodrigues); 2.758/2008 (Deputado Neider Moreira); e 2.725/2008 (Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, no 1º turno, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, dos Projetos de Lei nºs 2.706/2008 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 1.976/2007 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 2.670/2008 na forma do Substitutivo nº 1 e 2.756/2008 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.740/2008 (relator: Deputado Gilberto Abramo). Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 251/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio). Registra-se voto contrário do Deputado Carlos Pimenta. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.725/2008, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, Deputado Gilberto Abramo. É convertido em diligência à Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam - o Projeto de Lei nº 2.741/2008. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 244/2007 com a Emenda nº 1 e 2.734/2008 (relator: Deputado Sebastião Costa); 1.421/2007 com a Emenda nº 1, 2.624 e 2.724/2008 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 2.651 com a Emenda nº 1, 2.728/2008 na forma do Substitutivo nº 1 e 2.747/2008 (relator: Deputado Carlos Pimenta, em virtude de redistribuição); 2.726/2008 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 2.753/2008 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.735/2008 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, é aprovado, em turno único o parecer pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade do Projeto de Lei nº 2.743/2008 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 2.759/2008 é retirado de pauta por falta de pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 2.739 e 2.761/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sargento Rodrigues - Hely Tarquínio - Sebastião Costa - Neider Moreira.

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/9/2008

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Fábio Avelar, Almir Paraca e Inácio Franco, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e comunica o recebimento de correspondência do Sr. Paulo César Pereira Bitarães, Presidente da Associação Mineira dos Reformadores de Pneus - Amirp -, sugerindo a realização de audiência pública para discutir a reciclagem e reforma de pneus; e de correspondência do Sr. Paulo Bregunei, Presidente da Ruralminas, publicada no "Diário do Legislativo" de 20/9/2008. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.621/2008 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Sávio Souza Cruz). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Carlin Moura em que solicita a realização de audiência pública para discutir suspeita de irregularidade na venda do terreno da Codemig onde se pretende instalar o Aterro de Resíduos Industriais - Aterro Sanitário da Região Metropolitana, bem como discutir irregularidades no processo de licenciamento para instalação deste aterro, conforme denunciado nos jornais "Estado de Minas" e "Novo Jornal". A Presidência recebe os seguintes requerimentos, que serão apreciados oportunamente: do Deputado Gilberto Abramo, em que solicita a realização de reunião com convidados para discutir o impacto do Projeto de Lei Complementar nº 28/2007, que cria a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH; e do Deputado Sávio Souza Cruz em que solicita a realização de audiência pública para debater os aspectos relevantes das atividades de reforma e de reciclagem de pneus e sua importância no contexto socioeconômico e ambiental. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2008.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Fábio Avelar - Wander Borges - Inácio Franco.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/9/2008

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Lafayette de Andrada e Inácio Franco (substituindo este ao Deputado Agostinho Patrús Filho, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.248, 2.331, 2.378, 2.380, 2.417, 2.434, 2.457, 2.479, 2.484, 2.495, 2.518, 2.537, 2.545, 2.548, 2.552, 2.555, 2.560 e 2.562/2008 (Deputado Inácio Franco); 2.565, 2.581, 2.593, 2.599, 2.600, 2.601, 2.607, 2.608, 2.613, 2.622, 2.623, 2.625, 2.628, 2.630, 2.634, 2.636, 2.638 e 2.645/2008 (Deputada Gláucia Brandão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.248, 2.331, 2.378, 2.380, 2.417, 2.434, 2.457, 2.479, 2.484, 2.495, 2.518, 2.537, 2.545, 2.548, 2.552, 2.555, 2.560 e 2.562/2008 (relator: Deputado Inácio Franco); (2.565, 2.581, 2.593, 2.599, 2.600, 2.601, 2.607, 2.608, 2.613, 2.622, 2.623, 2.625, 2.628, 2.630, 2.634, 2.636, 2.638 e 2.645/2008 (relatora: Deputada Gláucia Brandão), que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão.

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/9/2008

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Bráulio Braz e Eros Biondini, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bráulio Braz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Cecília Ferramenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento do ofício do Sr. Evandro Rocha Mendes, Prefeito Municipal de Pitangui, publicado no "Diário do Legislativo" de 12/9/2008. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, em turno único, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 2.627/2008 (Deputado Vanderlei Miranda). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.884, 2.885 e 2.902/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2008.

Vanderlei Miranda, Presidente - Cecília Ferramenta - João Leite.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/9/2008

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Gláucia Brandão e Rosângela Reis e o Deputado Neider Moreira (substituindo este ao Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relatora citada a seguir: Projeto de Lei nº 2.713/2008 em turno único (Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.603/2008 (relatora: Deputada Gláucia Brandão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.667/2008, que recebeu parecer pela aprovação (relatora: Deputada Maria Lúcia Mendonça). Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.584/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2008.

Gláucia Brandão, Presidente - Dimas Fabiano - Agostinho Patrús Filho.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DOS AEROPORTOS, EM 24/9/2008

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gil Pereira, Bráulio Braz e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater os projetos de desenvolvimento econômico elaborados Estado em virtude da ampliação das instalações e do aumento das atividades no aeroporto de Confins e comunica o recebimento do ofício do Sr. Luiz Antônio Athayde, Subsecretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, encaminhando nota técnica atualizada que arrola razões para a não-transferência de vôos comerciais para o aeroporto da Pampulha, com aviões para mais de 100 passageiros. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Deputado Federal Miguel Martini e os Srs. Luiz Antônio Athayde, Subsecretário de Assuntos Internacionais, representando o Sr. Raphael Guimarães Andrade, Secretário de Desenvolvimento Econômico; Adair Moreira Júnior, Superintendente da Infraero do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, representando o Sr. Sérgio Maurício Brito Gaudenzi, Presidente da Infraero; José Eugênio de Aguiar, Presidente do Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2008.

Fábio Avelar, Presidente - Vanderlei Jangrossi - Célio Moreira.

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, João Leite e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado André Quintão em que pleiteia sejam solicitadas ao Secretário de Cultura e ao Presidente do Iepha-MG informações sobre a possível desativação do Parque da Gameleira, nesta Capital. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2008.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Eros Biondini.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 16ª LEGISLATURA, EM 30/9/2008

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Jangrossi e Padre João, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, considera a ata aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as técnicas utilizadas por agricultores que produzem o queijo Minas artesanal. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: "Jornal" nº 2, de setembro de 2008, da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários do Ministério da Agricultura - Afama-MG; e convite da Embrapa para que os membros da Comissão participem do 11º Seminário Mineiro sobre Produção Orgânica, a ser realizado nos dias 1º, 2 e 3 do corrente mês, na Fazenda da Embrapa, no Município de Sete Lagoas. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nºs 1.976/2007, no 1º turno, (Deputado Chico Uejo); Projeto de Lei nº 2.735/2008, em turno único, (Deputado Vanderlei Jangrossi). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Clério Alves da Silva, fiscal federal, representando o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Luciana Siqueira Rapini, assessora da Superintendência de Segurança Alimentar e Apoio da Agricultura Familiar, representando a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Maximiliano Soares Pinto, pesquisador da Epamig; Maria Marta Martins, Vice-Presidente do Iepha-MG; Evelyn Meniconi, gerente de patrimônio e material, do Iepha-MG; Vânia Maria Leite Rocha, historiadora e técnica do Iepha-MG; Joana Dalva de Miranda, gerente estadual de Vigilância Sanitária de Alimentos (substituta); Elmer Ferreira de Almeida, Marinalva Olívia Martins Soares e José Manoel Martins, coordenadores técnicos estaduais do Programa Queijo Minas Artesanal, da Emater-MG; Luciano Carvalho Machado, Presidente da Associação dos Produtores de Queijo Canastra - Aprocon -, que são convidados a tomar assento à mesa. Os Deputados Vanderlei Jangrossi e Padre João, autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. Logo após, O Presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2008.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Chico Uejo - Antônio Carlos Arantes - Padre João.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eros Biondini, Carlin Moura, Gustavo Valadares e João Leite, membros da supracitada Comissão, para reunião destinada à realização de audiência pública, em 13/10/2008, às 13h30min, na Sala das Comissões, com a presença de convidados, tendo como finalidade comemorar o centenário de nascimento de Josué de Castro, refletir sobre a crise mundial de alimentos e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2008.

André Quintão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/10/2008, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a presença do convidado mencionado na pauta, a qual se destina à apresentação de relatório sobre reunião realizada em 12/9/2008, na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, na qual foi discutida a fiscalização trabalhista das cooperativas de médicos que prestam serviços a hospitais de Belo Horizonte; e à discussão e votação de proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Guedes, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Quatis, com sede no Município de São Francisco.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.505/2008 objetiva declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Quatis, com sede no Município de São Francisco, que tem como finalidade precípua melhorar a qualidade de vida dos habitantes locais.

Para a consecução de seu propósito, combate a fome e a pobreza, promove a proteção à saúde da família, da gestante, da criança e do idoso, integra seus beneficiários no mercado de trabalho por meio da qualificação profissional, habilita pessoas portadoras de deficiências e representa a comunidade junto a órgãos públicos.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.505/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2008.

Antônio Carlos Arantes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.509/2008

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Guedes, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Tabuado, com sede no Município de São Francisco.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.509/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Tabuado, com sede no Município de São Francisco, que tem por escopo promover a melhoria na qualidade de vida e resgatar a cidadania dos moradores daquela comunidade.

Com esse propósito, desenvolve atividades voltadas à proteção da saúde de seus assistidos, combate a fome e a pobreza por meio da implantação de hortas e roças comunitárias e promove cursos profissionalizantes para a inserção dos associados, especialmente os portadores de deficiência, no mercado de trabalho, visando à conquista de emprego e renda.

Diante dessas considerações, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.509/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2008.

Antônio Carlos Arantes, relator

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.513/2008

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Guedes, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Porfia, com sede no Município de São Francisco.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ele, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.513/2008 objetiva declarar de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Porfia, com sede no Município de São Francisco, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 1997, que tem por finalidade congregar as pessoas daquela comunidade, promovendo o seu desenvolvimento.

Para cumprir os seus objetivos programáticos, desenvolve atividades diversas, sempre com o intuito de melhorar a qualidade de vida de seus associados, especialmente, dos mais carentes, incentivando a participação concreta na defesa dos interesses coletivos para a consolidação da cidadania. Além disso, procura fomentar projetos alternativos voltados para a geração de renda e cursos profissionalizantes.

Diante da relevância de seu trabalho, é oportuno e meritório conceder-lhe o título de utilidade pública

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.513/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2008.

Antônio Carlos Arantes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.521/2008

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Guedes, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Feirantes do Município de São Francisco - Appet-SF-MG -, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.521/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Feirantes do Município de São Francisco, que tem como finalidade congregar esse segmento, visando aprimorar suas atividades produtivas, oferecer aos consumidores produtos com qualidade e fomentar a economia do Município.

Com esse propósito, desenvolve atividades para diversificar e melhorar o escoamento da produção rural, fortalecer o comércio local, consolidar a integração econômica e cultural dos que vivem no campo e na cidade, diminuir o custo alimentar das famílias e aumentar a renda familiar. Além disso, promove ações voltadas à proteção da saúde das famílias, ao combate da fome e da pobreza e à proteção do meio ambiente.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem a finalidade de adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Diante dessas considerações, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.521/2008, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2008.

Padre João, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.699/2008

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Anjos da Luz, com sede no Município de Itajubá.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ele, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.699/2008 objetiva declarar de utilidade pública a Associação Anjos da Luz, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em

2007, que tem por finalidade congregar as pessoas do Município de Itajubá, promovendo o seu desenvolvimento.

Para cumprir os seus objetivos programáticos, desenvolve atividades diversas, principalmente, nas áreas da saúde, educação, habitação e assistência social, sempre com o intuito de melhorar a qualidade de vida de seus associados, especialmente, das crianças, adolescentes e famílias de baixa renda, incentivando a participação concreta na defesa dos interesses coletivos para a consolidação da cidadania. Além disso, procura fomentar projetos alternativos voltados para a geração de renda.

Diante da relevância de seu trabalho, é oportuno e meritório conceder-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.699/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2008.

Antônio Carlos Arantes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.707/2008

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Alberto Pinto Coelho, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Taperense Caminho da Liberdade, com sede no Município de Conceição do Mato Dentro.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ele, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.707/2008 objetiva declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Taperense Caminho da Liberdade, com sede no Município de Conceição do Mato Dentro, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 2007, que tem por finalidade congregar as pessoas daquela comunidade, promovendo o seu desenvolvimento.

Para cumprir os seus objetivos programáticos, desenvolve atividades diversas, sempre com o intuito de melhorar a qualidade de vida de seus associados, especialmente dos mais carentes, incentivando a participação concreta na defesa dos interesses coletivos para a consolidação da cidadania. Além disso, fomenta projetos alternativos voltados para a geração de renda e cursos profissionalizantes.

Diante da relevância de seu trabalho, é oportuno e meritório conceder-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.707/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2008.

Antônio Carlos Arantes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.718/2008

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Zezé Perrella, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Serviço de Assistência à Comunidade - Sevac -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.718/2008 pretende declarar de utilidade pública o Serviço de Assistência à Comunidade - Sevac -, com sede no Município de Belo Horizonte, que tem como finalidade primordial melhorar a qualidade de vida dos moradores do Bairro Cabana e região.

Com esse propósito, desenvolve atividades nas áreas da educação, da cultura e do esporte, oferece assistência médica e odontológica aos mais necessitados e mobiliza os associados para participar de suas iniciativas de interesse social, buscando fomentar a integração e a solidariedade entre eles e a comunidade.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.718/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2008.

Antônio Carlos Arantes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.732/2008

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Wander Borges, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Conselho dos Profissionais de Conservação e Limpeza de Minas Gerais - Compromig -, com sede no Município de Contagem.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.732/2008 pretende declarar de utilidade pública o Conselho dos Profissionais de Conservação e Limpeza de Minas Gerais - Compromig -, com sede no Município de Contagem, que tem como finalidade precípua defender os interesses e as reivindicações da classe que representa.

Para a consecução de suas metas, proporciona aos seus associados assessoria especializada em assuntos de natureza jurídica, vincula informações úteis em jornais e revistas, além de publicar o "Jornal da Diarista", mantém um cadastro com profissionais da área, encaminhando-os a clientes interessados em contratar seus serviços, ministra cursos profissionalizantes, capacitando seus filiados e familiares para o mercado de trabalho, oferece assistência material aos mais carentes e realiza programas de proteção à criança e ao adolescente.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.732/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2008.

Antônio Carlos Arantes, relator.

Parecer para o turno Único do Projeto de Lei Nº 2.735/2008

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria do Deputado Fahim Sawan, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação de Mulheres de Uberaba e Região - Amur -, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.735/2008 objetiva declarar de utilidade pública a Associação de Mulheres de Uberaba e Região - Amur -, que tem como finalidade primordial o desenvolvimento social, cultural e econômico da mulher do campo e de sua família, buscando sua melhoria de vida.

Para a consecução de seus propósitos, atua mediante parcerias com instituições públicas, privadas ou do terceiro setor, visando facilitar o acesso de suas assistidas aos benefícios de programas e projetos voltados aos habitantes da zona rural.

A entidade promove cursos de capacitação, tais como pintura em tecido, conserva de legumes, embutidos e defumados, tear de prego, derivados do tomate e do leite, produção de doces de compotas e frutos cristalizados, rotulagem nutricional obrigatória e gestão social, entre outros, enfatizando o desenvolvimento da vocação empreendedora da mulher rural.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem a finalidade de adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.735/2008, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2008.

Vanderlei Jangrossi, relator.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 9/10/2008, a seguinte comunicação:

Do Deputado Tiago Ulisses, notificando o falecimento da Sra. Antonieta Maia Amaral, ocorrido em 5/10/2008, em Biquinhas. (- Ciente. Oficie-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 6/10/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Agostinho Patrús Filho

exonerando, a partir de 10/10/08, Allison Braga Couto do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada

exonerando, a partir de 13/10/08, Carlos Henrique Albuquerque de Oliveira do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

exonerando, a partir de 13/10/08, Júlio César Dolabela Guimarães do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;

nomeando Carlos Henrique Albuquerque de Oliveira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Júlio César Dolabela Guimarães para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando, a partir 13/10/08, Alba Valéria Figueredo do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;

exonerando, a partir 13/10/08, Élide Graziane Pinto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando, a partir 13/10/08, Gilberto de Assis Dias do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

exonerando, a partir 13/10/08, Silvio Luiz de Almeida Duarte do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Alba Valéria Figueredo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Gilberto de Assis Dias para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

nomeando Rosália Rosa de Aguiar para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando Silvio Luiz de Almeida Duarte para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Alessandra Moreira da Silveira Cardozo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando José Antônio de Lima para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

nomeando Lêda Junqueira Cobra para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Lúvia de Resende Ferreira Mattos para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Luiz Alan Oliveira de Araújo para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, observado o disposto nas Leis nºs 15.014, de 15/1/04, 16.833, de 20/7/07, e 17.637, de 14/4/08, nas Leis Complementares nºs 64, de 25/3/02, e 100, de 5/11/07, e na Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/08, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 2/9/08, a servidora Maria de Fátima Silva Davite de Andrade, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2008

Objeto: aquisição de mesas de áudio.

Em virtude da recusa da 1ª classificada, Evolution Comércio e Importação de Equipamentos Eletro-Eletrônicos Ltda., em assinar a ordem de compra, fica convocada a próxima classificada, Apoio Rádio Técnico Eletrônico Ltda., nos termos do art. 9º, inciso XXI, da Lei nº 14.167, de 2002, e do Parecer nº 4.866, de 2006, da ALMG.

Belo Horizonte, 10 de outubro de 2008.

José Henrique Ribeiro Campos, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2008

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de hangaragem de uma aeronave Xingu. Pregoeira vencedora: ABC Táxi Aéreo S.A.

Belo Horizonte, 10 de outubro de 2008.

José Henrique Ribeiro Campos, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no 27/10/2008, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a locação de unidade móvel de externa.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min a 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 10 de outubro de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

ERRATA

ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/10/2008

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 10/10/2008, na pág. 75, col. 2, sob o título "Leitura de Comunicações", onde se lê:

"(Ciente. Publique-se.)", leia-se:

"(Ciente. Designo.)"; e, onde se lê:

"2.903/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva", leia-se:

"2.903/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva (Ciente. Publique-se.)".